

Greve pode desacreditar porto no Exterior

A greve dos 3.500 empregados administrativos do porto de Santos ligados à Companhia Docas do Estado de São Paulo entra hoje no quinto dia. O movimento obrigou a paralisação de todas as atividades do porto, excluindo os navios graneleiros e automatizados que operam nos terminais da ilha Barnabé, da Alemoa e do Saboó, bem como os navios que atracam nos terminais privativos da Cargill, Cutrale, Dow Química, Ultrafértil e Cosipa.

A greve causou um prejuízo de 2,5 milhões de dólares em termos de mão-de-obra e um dano financeiro superior a 350 mil dólares aos armadores nacionais e estrangeiros que mantêm seus navios parados. Cerca de 120 mil toneladas de mercadorias gerais e granéis deixaram de ser movimentadas no porto de Santos, sendo transferidas para outros portos de Estados vizinhos.

O porto de Santos, desde o ano passado, registrou três paralisações: 10 dias em dezembro, 22 dias entre abril e maio e agora outros 4 dias, sem previsão para a normalização. Esse quadro é visto com temor pelas companhias de navegação, com o porto podendo ser considerado inviável, segundo as previsões do Sindicato das Agências de Navegação Marítima de Santos.

Os armadores internacionais não pretendem aguardar solução para a greve. Dezoito navios deixaram o terminal santista com destino a outros portos para receber ou descarregar mercadorias.

O presidente do Sindicato das Agências de Navegação Marítima de Santos, Almar Braun, reuniu-se com a diretoria do sindicato e resolveu enviar um telex à Presidência da República, reivindicando uma solução rápida para o fim da greve, enquanto apelava publicamente aos trabalhadores para entrarem em acordo amigável com a Codesp, para normalização dos trabalhos. Ele teme que Santos possa no futuro ser riscado da rota de navios internacionais: "Estamos sentindo que os exportadores e importadores têm idéia de cortar Santos da sua rota e descarregar num outro porto de Estados vizinhos, não conturbados com tantas paralisações".

O presidente da Codesp, Cláudio Dreer, continuou mantendo encontros em Brasília com o presidente da Portobrás e os ministros dos Transportes e da Fazenda para obter recursos de 10,5 milhões de cruzados para cobrir a folha de pagamento da empresa e encerrar a greve. As informações são de que o ministro da Fazenda não pretende elevar as tarifas portuárias para cobrir as despesas do porto, principalmente com os gastos de pessoal. Esse ponto de vista vem sendo projetado para não tornar o porto proibitivo para as operações devido o seu alto custo. Uma das alternativas para a cobertura da folha de pagamento seria a injeção de recursos a fundo perdido ou a permissão para operar a curto prazo com o adicional de tarifas portuárias — um fundo para ser aplicado em obras e melhoramentos dos portos.